

# “RODEI<sup>1</sup>”: A PERSPECTIVA DOS JOVENS CARIOCAS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS COM A POLÍCIA MILITAR LIGADAS À SUSPEIÇÃO DE USO OU TRÁFICO DE DROGAS

Fernanda Novaes CRUZ<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo visa discutir as abordagens policiais motivadas por busca de drogas na cidade do Rio de Janeiro, como ocorrem essas abordagens e a forma que os jovens percebem e avaliam o tratamento dado pelos policiais. Parte de entrevistas semiestruturadas com 25 jovens entre 18 e 29 anos moradores da cidade do Rio de Janeiro. As entrevistas contemplam diversos perfis de jovens, atentando especialmente para a área de domicílio: zona sul (favela e não favela) e zona norte (favela e não favela). O objetivo dessa separação é analisar se há diferenças no tratamento dado por policiais quando comparadas áreas mais ricas e áreas mais pobres da cidade. Também são consideradas na análise a cor dos abordados e se moram em favelas ou não.

**PALAVRAS CHAVES:** Polícia Militar. Abordagem policial. Drogas. Racismo. Jovens.

## Introdução

O consumo de drogas perpassa a história da sociedade. Em diversos períodos históricos foram registrados o uso de substâncias psicoativas. Em paralelo com o consumo, ocorrem diversas tentativas de coerção e proibição do uso de tais substâncias. A juventude que carrega em grande parte o estigma pelo uso dessas substâncias. De fato, diversas pesquisas apontam a juventude como fase

<sup>1</sup> Termo utilizado pelos jovens para se referir à experiência de terem sido abordados pela Polícia.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro - RJ - Brasil. Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ. fernandanovaescruz@gmail.com

de experimentação de novas vivências, e o consumo de drogas é apontado como uma dessas vivências (VELHO, 2008; BECKER, 2008).

A lei vigente no Brasil sobre drogas data de 2006 (BRASIL, 2006) e criminaliza a posse das substâncias, considerando o consumo e o tráfico como crimes. Com relação a lei anterior, a atual traz as seguintes alterações: substituição da pena de privação de liberdade para os consumidores por punições mais brandas, e o recrudescimento da pena para o traficante. Com relação às penas, ao usuário podem ser aplicadas: advertência sobre o efeito do uso de drogas; prestação de serviços à comunidade; e medida educativa de comparecimento a programa ou curso socioeducativo. Para o traficante, a penalidade é de reclusão de 5 até 15 anos (SILVA, 2014). Convém acrescentar que a lei não define a quantidade específica para determinar se o portador da substância se enquadra como usuário ou como traficante, sendo a definição a cargo do juiz (e dos demais agentes da lei) a partir de requisitos como “[...] à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais.” (BRASIL, 2006). Alguns pesquisadores defendem que essa indefinição de critérios representa

[...] uma brecha para a rotulagem segundo atributos econômicos e socioraciais, que tem levado jovens pobres, sobretudo negros, sem recursos para pagarem advogados, ao encarceramento por tráfico, enquanto outros jovens, com a mesma quantidade de drogas, mas com melhores “circunstâncias sociais e pessoais” são enquadrados como usuários e não submetidos à prisão. (LEMGRUBER; BOITEUX, 2014, p.361).

Apesar de o Brasil ter a primeira lei sobre o controle de drogas em 1921, a proibição tal como conhecemos hoje, se encaixa em um contexto mundial de “Guerra às Drogas” que tem início nos anos 70 nos Estados Unidos. A história da “Guerra às Drogas” tem relação com o movimento de contracultura iniciado nos anos 60, quando os filhos das classes médias e ricas americanas passam a consumir as drogas ilícitas. Isso representou uma mudança importante no discurso sobre as drogas, já que até então ela era consumida majoritariamente por grupos marginalizados da sociedade americana, como os negros e imigrantes. Diante dessa nova realidade, passa-se a disseminar uma ideia de combate a venda de drogas e medicalização do uso de drogas, sendo o estereótipo do tráfico associado aos grupos mais pobres e o do consumo aos mais ricos (RODRIGUES, 2012).

Com o apoio da mídia na disseminação do medo mundial das drogas, os Estados Unidos passaram a liderar a mobilização de combate às drogas e exportar seu discurso e política antidrogas (OLMO, 1990). E a pressão pelo combate às drogas recai principalmente sobre os países considerados produtores e exportadores, dentre esses muitos países latinos, como Colômbia, Bolívia e Brasil. Diante desse contexto, o combate às drogas passa a ser encarado como uma das principais urgências da Segurança Pública. E, a partir desse momento justifica-se uma política de Estado de repressão que consiste em busca de drogas e apreensões de traficantes. Esse modelo de repressão tem como reflexo uma série de confrontos armados entre os traficantes e a Polícia Militar que culminam em assassinatos de civis e policiais, e conferem ao Brasil bárbaros índices anuais de homicídios, vitimização policial e mortes em decorrência de ação policial.

As mortes decorrentes de intervenção policial já são a segunda causa de mortes violentas intencionais no país. As vítimas dessas mortes têm um perfil claramente definido: jovens, negros e pobres (TEMPONE, 2012). De acordo com o Anuário produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no ano de 2014 (ANUÁRIO..., 2014), 3.022 pessoas morreram em decorrência das ações policiais das forças policiais brasileiras (civis e militares). No estado do Rio de Janeiro, de acordo com o relatório “Você matou meu filho” produzido pela Anistia Internacional 1.195 pessoas foram assassinadas pela polícia entre 2010 e 2013, 79% das vítimas eram negras. A título de comparação, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2011), a composição racial no Rio de Janeiro é de 51% de negros. Com relação a faixa etária, 75% das vítimas decorrentes de ação policial tinham entre 15 e 29 anos.

Do outro lado do *front*, está o Estado representado pela Polícia Militar, composta igualmente por policiais jovens, negros e pobres<sup>3</sup>. A concentração de policiais jovens e negros é maior entre os postos dos policiais praças (considerados os extratos mais baixos da hierarquia). Também é nesses postos que se concentram os policiais que estão mais expostos a situações de conflito direto e vulnerabilidade, e conseqüentemente são parte considerável das vítimas das mortes violentas.

---

<sup>3</sup> São escassos os dados da distribuição racial na PMERJ, Ramos e Musumeci (2005) identificaram que entre os registros oficiais dos policiais de 2002 apenas 23.426 registros constavam a cor (62,2%). Entre esses, 39,2% eram brancos e 60,8% eram classificados entre: parda clara, morena, parda escura e escura, considerando os policiais oficiais a participação de brancos aumenta para 58,8%. Magaloni e Cano (2016) em um levantamento realizado com 5.043 policiais de todas as unidades da região metropolitana identificaram que 51% dos policiais se declaravam negros (pretos ou pardos).

Portanto, no Brasil e em muitos outros países latino-americanos, discutir a questão das drogas e os efeitos de sua proibição implica em discutir uma questão que até então é tratada quase como exclusivamente de Segurança Pública.

A lei de drogas vigente, conforme anteriormente apontado, não define critérios objetivos para enquadrar um caso como uso ou tráfico. Por conta disso, os agentes da lei envolvidos no processo, policiais militares, policiais civis e o Judiciário, através do poder discricionário acabam por assumir o papel de decidir entre as duas categorias, sem dúvida, influenciados por suas visões de mundo, suas vivências, seus preconceitos, etc (KANT DE LIMA, 1989).

No Brasil, a repressão às drogas na esfera da Segurança Pública é realizada majoritariamente pelas polícias. A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), através do artigo 144 determina a repartição do trabalho policial. De acordo com essa divisão compete as polícias civis o trabalho investigativo e as polícias militares o trabalho preventivo ostensivo. Por conta dessa divisão, a Polícia Militar acaba por estar mais presente no cotidiano da população e conseqüentemente mais envolvida nos acontecimentos e percepções que a população tem acerca das instituições Segurança Pública na sociedade.

Esse artigo se debruça sob um dos atores responsáveis por parte considerável dos conflitos com os jovens quando pensamos na questão dos entorpecentes, a Polícia Militar. A questão que me proponho discutir ao longo do artigo, partindo da percepção dos jovens, é se o trabalho policial de repressão ao uso de maconha obteve algum êxito no sentido de reprimir o uso da droga e como esses jovens percebem a experiência que vivenciaram, e a conduta utilizada pelos policiais militares durante a situação.

## **Metodologia**

Para dar conta do meu universo de pesquisa, desenvolvi ao longo de pouco mais de um ano, 25 entrevistas semiestruturadas com jovens entre 18 e 29 anos<sup>4</sup> moradores da cidade do Rio de Janeiro, a fim de compreender quais os contatos e experiências que esses jovens já haviam tido com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

De modo geral, os jovens foram bem receptivos à pesquisa e tive poucas recusas a participação. A maior dificuldade foi encontrar os jovens moradores de favela, devido ao fato da minha menor proximidade com o local. A indicação de

---

<sup>4</sup> No Brasil, o Estatuto da Juventude define como jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Tendo em vista a dificuldade de fazer pesquisa com menores de 18 anos, optei por contemplar nessa pesquisa jovens entre 18 e 29 anos.

amigos, que recomendavam outros amigos, ou alguém que conhecia moradores desses locais se tornou o método mais eficaz de alcançar essas pessoas. Sendo assim, a seleção dos entrevistados ocorreu através método de amostragem não probabilístico Bola de Neve, que consistia em criar redes de contatos através da indicação.

Bola de Neve é um recurso que seleciona os participantes do estudo através de indicação. Através dele criam-se redes de indicação distintas que permite atingir uma variedade entre os participantes. Além disso, a Bola de Neve é indicada em estudos com temas delicados, por ajudar a estabelecer um maior vínculo de confiança entre o pesquisador e o entrevistado (QUIVY; CAMPENIIOUDT, 2008).

O estudo pretendia dar conta de diferentes realidades socioeconômicas da cidade. Para tal, seguindo parâmetros já utilizados em outras pesquisas (MUSUMECI et al., 2012) estabeleci quatro categorias geográficas nas quais o jovem deveria residir: Zona Sul (Favela ou Não Favela) considerada uma área nobre da cidade e Zona Norte (Favela e Não Favela) área que concentra bairros mais populares. Além dessa subdivisão, me preocupei em contemplar uma amostra diversificada dentro de características como: sexo, raça, escolaridade e faixa etária.

Foi realizada uma entrevista com cada um dos participantes, seguindo os moldes de uma conversa, porém com um roteiro pré-estabelecido. No contato com os jovens expliquei que o tema da pesquisa era as percepções dos jovens sobre Segurança Pública e as experiências com a Polícia Militar. As entrevistas, com o consentimento dos participantes foram gravadas e posteriormente transcritas, no intuito de seguir com fidelidade o conteúdo das experiências narradas pelos jovens. Visando preservar o anonimato, utilizei ao longo do artigo números para identificar os participantes.

O roteiro das entrevistas seguiu basicamente três eixos de perguntas. No primeiro eixo era solicitado aos jovens que falassem as percepções sobre Segurança Pública acerca do seu bairro, da cidade do Rio de Janeiro e por fim, da Polícia Militar. No segundo eixo, era perguntado sobre as experiências, positivas ou negativas, que já haviam tido com a Polícia Militar. No terceiro eixo, foram contempladas questões sobre se o entrevistado era a favor do uso de maconha, e se o entrevistado fazia o uso. No caso dos usuários, foram perguntadas demais questões relacionadas ao consumo e se já havia tido alguma experiência com a Polícia relacionada ao uso. Por fim, foi perguntado para todos os entrevistados como o Estado deveria lidar com os usuários de maconha.

Apesar do especial interesse nas experiências com a Polícia Militar ligada às drogas, optei por não perguntar *à priori* se o entrevistado era ou já havia sido usuário de maconha. Por conta disso, dentre os 25 jovens entrevistados, apenas 10 declararam ter usado maconha pelo menos uma vez na vida. Essa opção se mostrou mais eficaz para o estudo, uma vez que além de não induzir o entrevistado a falar apenas sobre a experiência com a Polícia ligada ao consumo de drogas, me permitiu alcançar entrevistados, que apesar de não serem usuários, haviam tido experiências com a polícia por serem “suspeitos” de estarem consumindo ou traficando drogas. Em síntese, essa escolha metodológica contribuiu para traçar perfis mais suspeitos para a Polícia Militar de serem usuários ou traficante de drogas, que outros, independente do consumo da substância.

### **As experiências dos jovens com a Polícia Militar**

Para Becker (2009), aprendemos as coisas de maneira mais imediata, a partir das experiências da nossa vida diária. Porém, essas experiências acabam se limitando as relações e situações que participamos. Mas além dessas, contamos também com as representações da sociedade em que outras pessoas nos falam sobre situações, épocas ou lugares que não conhecemos. Com base nessas duas modalidades de conhecimento somos capazes de criar nossas interpretações e reagir de uma maneira mais complexa às nossas situações de vida imediatas.

Essa dimensão das representações de Becker (2009) é fundamental para se pensar a maneira como os jovens veem a Polícia Militar. Ou seja, para além das experiências pessoais, as experiências de amigos ou colegas, episódios de repercussão na mídia ou em redes sociais, também cumprem um papel muito importante na formação da percepção. Ramos e Musumeci (2005) destacaram que as opiniões sobre a polícia nem sempre derivam diretamente de experiências pessoais. Segundo as autoras, a percepção generalizada de que polícia é racista, violenta e desonesta, não resulta necessariamente de experiências vividas, mas também da experiência de alguns compartilhada por todos.

Por outro lado, circular entre diferentes perfis de jovens pela cidade me fez perceber que grande parte dos jovens já haviam vivenciado algum tipo de experiência com a Polícia. Dentre os 25 participantes da pesquisa, apenas quatro não relataram algum tipo de experiência com a Polícia. Apesar disso, todos os participantes apresentaram suas percepções e opiniões acerca da atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O gráfico apresentado a seguir quantifica as experiências que os jovens relataram com a PMERJ. A unidade de análise é a experiência, dessa forma, um jovem pode ter vivenciado mais de uma experiência, mas cada experiência foi contabilizada apenas uma vez.

**Gráfico 1** – Experiências dos jovens com a Polícia Militar do Rio de Janeiro



**Fonte:** Dados da pesquisa.

De acordo com o gráfico, a maior parte das experiências dos jovens (12) com a PM foi a abordagem na rua. Segundo os relatos, essa situação aparece muito relacionada com a busca por entorpecentes. Considerando que somente 10 jovens relataram serem ou terem sido usuário de drogas, percebemos como alguns jovens não usuários também passaram pela experiência de serem abordados pela polícia. Além disso, apenas 6 dos jovens vivenciaram situação de flagrante de drogas.

Chama a atenção a pluralidade de experiências com a polícia considerando que os entrevistados compõem um grupo pequeno na população. Destaco o alto volume de experiências de extorsão. O conteúdo das narrativas estabelece uma relação clara entre a extorsão e o flagrante de drogas na população estudada. Esse fato aponta para um traço muito marcante na Polícia Militar carioca, que são as constantes denúncias de corrupção. Por fim, destaco que dois jovens relataram que foram levados à delegacia, apenas um em situação de flagrante de drogas, enquanto que essa seria a conduta prevista pela lei brasileira em uma situação de flagrante.

## A suspeição do consumo ou tráfico de drogas

Ser suspeito de portar ou traficar drogas não implica em necessariamente ser um usuário de drogas. Conforme foi apontado anteriormente, jovens não usuários de drogas, especialmente os que residiam nas áreas periféricas da cidade, subúrbio ou favelas, relataram experiências de abordagens policiais motivadas pela busca de entorpecentes. “Porque eu?”. Essa é a pergunta que os jovens se fazem depois de vivenciarem determinadas experiências de abordagens, especialmente abordagens na rua, ou em transporte público. Tentando responder a essa pergunta, esses jovens apontam traços em sua aparência, perfil ou comportamento na tentativa de explicar a atuação policial.

*Porque eu sinto que a Polícia tem um preconceito comigo, na verdade, né? Porque eu acho que todas as vezes que eu fui parada em ônibus, essas coisas assim, eu ficava imaginando cara, mas eu não tenho cara de quem faz nada e enfim, não faço nada, então porque ele veio falar comigo e às vezes não fala com outras pessoas. Então eu comecei a... e quando, e nessa época eu era bem novinha, devia ter uns 16, 17 anos, 18 no máximo e então assim, aparentemente eu não apresentava risco nenhum, perigo nenhum sabe? Mas eles sempre me abordavam em ônibus. Até que perto da minha casa não, até porque não tinha muita Polícia também, é em ônibus eles sempre me abordavam. Na Lapa, na Lapa nem sempre, foi só uma vez mesmo que eu tava no Beco do Rato, mas, eu acho que esse tratamento com os policiais, esses episódios e episódios também que eu escuto falar de pessoas mais próximas de mim, que não tem experiências boas com policiais e etc. (7, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária).*

Muitos jovens atribuíram a cor da pele o fato de terem sido abordados. A importância da raça para se pensar o trabalho de abordagem dos jovens já foi objeto de uma série de estudos (RAMOS; MUSUMECI, 2005; REINER, 2004; DUARTE et al., 2014). Reiner (2004) destaca o preconceito racial como um aspecto importante do conservadorismo da Polícia, em seguida aponta alguns estudos norte-americanos que demonstrem a suspeição, a hostilidade e o preconceito contra negros praticados pelos policiais, um dos estudos destacados por ele indica que:

[...] os estudos de Caim e Lambert em forças policiais das cidades, no começo do final dos anos de 1960, mostram um padrão claro de pre-

conceito nas fileiras das Polícias, que viam os negros como especialmente propensos à violência ou ao crime e, em geral como sendo difíceis de entender, desconfiados e difíceis de lidar. (REINER, 2004, p.150).

Os trabalhos realizados no Brasil também sugerem a questão do racismo contra os negros como um aspecto do trabalho policial (RAMOS; MUSUMECI, 2005; DUARTE et al., 2014). As análises quantitativas do primeiro capítulo também apontaram maiores chances dos jovens pretos de serem abordados pela Polícia. As entrevistas com os jovens confirmam os dados quantitativos e reforçam a literatura, dentre os 8 jovens que se declararam negros, todos já haviam tido experiências com a Polícia. Cabe destacar que desses 8 apenas 3 eram usuários de maconha, o que aponta no sentido de que mais da metade dessas experiências não foram motivadas por flagrante com drogas. Apesar disso, mesmo em situações que o entrevistado não era usuário, ele tinha sofrido revista corporal ou havia sido questionado se estava com drogas.

Quando partimos para a análise dos relatos, a questão do racismo aparece ainda mais latente. Os jovens negros acreditam que a sua cor pode ter sido um elemento determinante para serem parados pela Polícia. Isto pode ser constatado com falas como “[...] eu acredito que seja porque eu moro perto do morro, eu sou negra, eu acho que junta um pouco e acaba revistando assim.” (9, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária). Esta percepção não foi uma variável isolada, tendo em vista que outras entrevistas apontam nessa mesma direção.

*[...] meu irmão foi revistado “n” vezes, porque ele é mais moreno que eu, alto, cabelo baixinho, então ele já foi abordado várias vezes, inclusive por ser negro. Ah, lembrei de uma situação, posso contar? (...) Ele “tava” no ônibus, meu irmão, ele devia ter uns 22 anos, por aí, hoje ele tem 30 anos e a Polícia parou o ônibus pra revistar e ele “tava” sentado lá atrás naquele banco maior e tinha um rapaz branco loirinho, olho claro, sentado na frente dele. Quando a Polícia entrou, o cara, esse garoto branquinho falou assim “ih, fudeu” porque ele “tava” com droga na mochila e o meu irmão “tava” indo trabalhar. Pois o policial cismou com a cara do meu irmão, fez ele levantar, revistou, fez ele abrir a mochila, aí ele queria abrir a mochila do meu irmão, aí meu irmão não deixou ele abrir, falou “se você quer olhar, eu que vou abrir” é e foi uma situação para o meu irmão humilhante (...) e o policial foi, depois de ter feito todo esse escarcéu, só revistou o meu irmão no ônibus, não revistou mais ninguém, moreno, enfim. Desceu, quando ele desceu o cara branquinho falou*

“Rodei”: a perspectiva dos jovens cariocas sobre as experiências com a polícia militar ligadas à suspeição de uso ou tráfico de drogas

*“cara, se ele me revista, eu ‘tô’ com sei lá quantos quilos de maconha aqui, olha ia dar merda porque eu não ia entregar”. (22, Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária).*

*Uma vez rolou de a gente sair à noite, pra Lapa inclusive, e estávamos eu e mais uns quatro amigos, no caso eu e mais três éramos negros e um deles era branco, assim, na ocasião, e a gente “tava” descendo a Niemeyer “pra” pegar um ônibus lá embaixo, isso já era mais ou menos meia noite, e nós fomos parados na avenida assim, descendo pro Leblon e uma viatura passou pela gente e virou numa esquina, e aí quando a gente virou a esquina eles estavam lá esperando fora do carro, dois policiais, com as armas na mão e pediram pra que a gente virasse pro carro deles e aí nisso ele revistou um a um e quando chegou no nosso amigo branco, o cara falou “não cara, tudo bem, sai daqui, espera naquele canto ali, que não é contigo”. Então assim, esse foi um dos exemplos que rolaram na minha vida, sacou? E o meu amigo não foi revistado, e eventualmente ele era um dos dois que tinha droga e usava. Obviamente ele não foi pego porque a maconha “tava” com ele “sacou”? [risos]. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário).*

As experiências de abordagem com a Polícia quando há busca de drogas e o jovem não é usuário tendem a ser ainda mais traumáticas para os jovens. Especialmente por conta do sentimento de constrangimento e injustiça. Nesse sentido, a acusação do crime de porte ou tráfico de drogas, quando se é inocente é uma das motivações para o sentimento de injustiça, raiva, etc. Além disso, evidenciam para os jovens o caráter seletivo da ação policial, destacando inclusive a questão do racismo presente na seleção do elemento suspeito (RAMOS; MUSUMECI, 2005). Os dois casos acima relatados são exemplos disso. A seguir os jovens avaliam essas duas situações:

*E isso eu lembro porque eu já era maior, “né”? Eu já era adolescente e meu irmão chegou em casa muito chateado com isso, ele ficou realmente chateado, se sentiu discriminado, “né”? Porque o cara que “tava” na frente dele realmente “tava” devendo alguma coisa e ele “tava” só indo trabalhar e o cara prendeu ele cerca de meia hora fazendo perguntas, querendo saber para onde ele ia, o que ele ia fazer, porque que ele “tava” indo pro trabalho naquela hora que era meio dia. É, enfim, uma série de perguntas, com aquele jeitinho peculiar que eles falam que é com muita educação, então ele se sentiu bem mal. Essa situação*

*eu gravei o lugar, gravei tudo, porque eu lembro que ele chegou em casa muito injuriado com isso. (22, Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária).*

*O “lance” todo é que depois que eu fui me instruindo mais eu comecei a entender porque o meu amigo branco no dia não foi revistado, mas na época eu não entendi muito e depois de um tempo eu comecei a estudar um pouco mais disso, essa questão racial e social assim e eu comecei a entender porque o meu amigo branco não foi revistado e eu comecei a lembrar de situações que eu passei quando criança com meus amigos brancos e faz sentido assim, tudo se encaixa e tudo mais. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário).*

Em concordância com as análises de Musumeci et al. (2012) e Ramos e Musumeci (2005), entre os entrevistados, os jovens negros foram os mais abordados na rua e no transporte público. A suspeição dos negros também é percebida pelos brancos, chegando a ser utilizada como um dos motivos para não ser abordado pela Polícia ou de uma abordagem mais branda. As narrativas dos jovens apontam que eles percebem a raça como o principal elemento que gerou a suspeição do policial. Além disso, cabe destacar que os negros foram os mais abordados e quando questionei sobre a recorrência das abordagens, obtive a resposta “diversas vezes” frequentemente. Também verifiquei diferenças no tratamento dos usuários de maconha na ocasião do flagrante por cor.

## **O consumo de maconha e o flagrante com drogas**

Ser um usuário de maconha não implica necessariamente em ter experiências com a Polícia, relacionado ao uso dela. De acordo com os jovens, tal afirmação pode ser justificada por diversas razões, seja por cuidado excessivo por parte do usuário com os locais em que utiliza ou a forma que guarda, a frequência do uso, a forma de compra, entre outros. Mas isso também pode ser explicado pela chamada “vista grossa” que muitos policiais fazem em determinados locais da cidade. Esse fato pode dar-se pelo motivo de que, “[...] às vezes, depende muito da boa vontade do policial. Sabe, às vezes o cara vai te ver fumando e vai te deixar passar, às vezes não, tudo é muito relativo.” (8, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Branca, Usuária).

Alguns jovens atribuem a abordagem em determinados contextos a “dar mole”, isto é, a abordagem como fruto de algum descuido do usuário. Da mesma

forma, existem locais, conhecidos popularmente na cidade por serem reduto de usuários de drogas, em que os policiais costumam buscar flagrantes. Nesse sentido, é recorrente, por exemplo, relatos de flagrante de drogas na Pedra do Arpoador ou na Escadaria Selaron<sup>5</sup>.

*[...] eu tinha uns dezessete anos, foi num Réveillon lá no Arpoador. Nesse dia eu “tava” realmente com um pouco de maconha e a gente “tava”, eu e mais um amigo, e a gente ia fumar lá na pedra do Arpoador e quando a gente “tava” pra fumar chegou um Policial Militar e quando ele viu que eu “tava” com a maconha, ele também não teve uma abordagem, digamos, humana. Apanhei, eu e o meu amigo, e fomos expulsos, não pudemos voltar lá pro Arpoador nesse momento, no caso durante a festa de Réveillon. (11, Homem, Zona Norte, Não Favela, Negro, Usuário).*

Abordagens em busca de drogas também são recorrentes nos acessos às favelas que possuem bocas de fumo,

*[...] eu morava em Niterói ainda, na Boa Viagem, que é um bairro que, meu prédio ficava do lado de uma favela que tinha uma boca, que eu nunca ia lá, até porque a maconha era horrível, lá era uma favela de crack mais assim. Mas enfim, tinha muita gente que saía lá pegar coisa. Ai saía ali e sempre que eu cruzava com um policial andando ali pra ir para casa achavam que eu “tava” saindo daquela favela com certeza... Então sempre que eu cruzasse de noite com uma viatura eu era parado, sempre. 100%, todas as vezes que eu cruzei eu fui parado e foi sei lá, entre 5 e 10 vezes. (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário).*

O usuário de drogas branco, morador de bairros mais nobres não passa (ou passa em menor escala) por situações de suspeição criminal (MISSE, 1999) do que os jovens negros, usuários ou não. Exceto quando circula em locais considerados suspeitos ou é flagrado consumindo a droga. Velho (2008) já havia relatado essa situação quando fez uma etnografia de um grupo de usuários de maconha de classe alta.

<sup>5</sup> Dois importantes pontos turísticos do Rio de Janeiro. O primeiro localizado nas proximidades praia de Ipanema e o segundo na região boêmia do bairro da Lapa.

É interessante notar que houve uma ocasião em que o carro que viajavam três pessoas do grupo foi parado em uma batida policial. Levavam no carro diversos tipos de tóxicos, mas antes de começar a revista, com a apresentação dos documentos de identidade, o carro foi liberado porque uma das pessoas foi identificada como filho de família poderosa e influente. Não chegou a haver revista. (VELHO, 2008, p.74).

Um bom parâmetro para se pensar essas diferenças é o tratamento dado pelos policiais durante as abordagens. Todos os jovens que foram revistados pela Polícia, sejam na rua, em transporte público ou flagrante de drogas relatam que nessas ocasiões os policiais sempre fazem as “perguntas clássicas” ou o “procedimento”. Chama a atenção nesse sentido a padronização das perguntas, e ao mesmo tempo como determinadas perguntas ocorrem apenas para alguns grupos de jovens. Os depoimentos de dois entrevistados a seguir apontam essa questão:

*[...] foi uma abordagem normal, simplesmente me parou, me verificou se eu “tava” armado ou não, pediu meu documento... Foi essa série de perguntas que você me fez: onde eu trabalho, onde eu morava, o local onde eu tava morando, exatamente isso, foi uma abordagem normal. (23, Homem, Zona Norte, Favela, Branco, Não Usuário).*

Para outro entrevistado:

*[...] e aí os “caras” começaram a perguntar “onde você mora?”, e a gente “ah, a gente mora aqui”, “pô, o que vocês estão fazendo aqui?” esse tipo de coisa, se a gente “tá” com droga, algo do tipo, se a gente vende e tal e tipo fizemos tudo, o protocolo de sempre... (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário).*

Quando questionado sobre o “protocolo de sempre”, continuou:

*“Tem flagrante aí?”, “não”, “você tá fazendo o que?”, “nada”, “você tá indo aonde?”, “buscar a minha irmã”, “tá, levanta a camisa aí, vira”, sei lá, “mora onde?”, “moro ali”, “e você?”, “moro ali, moro ali”, “tá fazendo o que aqui?”, “ah, a gente tava aqui jogando vídeo game” e isso aqui, isso ali e sei lá, “levanta a camisa, vira de novo. não tem nada não?”, “nada”, “vira o boné, ‘deixo ver seu boné aí, tá, tá bom, foi”, esse tipo de coisa assim. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário).*

Para os jovens moradores de favela, os policiais perguntam se eles estão armados, se portam e ou vendem drogas, onde moram e se estão trabalhando. Nas abordagens dos jovens da classe média, especialmente se esta foi motivada por flagrante com drogas, os policiais costumam perguntar qual a profissão dos pais dos envolvidos. Conforme aponta o trecho a seguir:

*E foi engraçado porque eles perguntaram a profissão dos nossos pais, aí a minha mãe era professora, aí os caras nem esboçaram reação assim... Profissão dos pais, sempre perguntam isso, quase sempre né, não é sempre. E aí eu falei “pô, professora minha mãe”, aí o cara não falou nada, aí os outros meus amigos um o pai era coronel da PM, médico coronel, um negócio assim, dentista coronel, acho que era isso e o outro a mãe é deputada federal. E aí eles ficaram, um dos policiais ficou cagado na hora, claramente chegou pra trás, ficou ali... (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário).*

Nesse caso em que os policiais perguntam a profissão dos pais, logo em seguida existe a proposição da resolução informal da questão, comumente conhecida como “suborno”. O “suborno” é uma atividade considerada quase que rotineira entre os jovens brancos, de classe média e, especialmente, usuários de maconha. Seis jovens relataram já terem sofrido a extorsão de policiais. Entre essas, duas extorsões ocorreram em *blitz* de trânsito, por conta de irregularidades com o carro e todas as demais ocorreram em situação de flagrante de drogas. Segundo os jovens, o “suborno” nunca é proposto claramente pelos policiais. Os policiais criam pré-condições para que os jovens sugiram a resolução informal, a fala a seguir aponta como essa situação acontece:

*Achei engraçado que eles nunca falam que querem suborno, eles não falam fazem você falar, eles insinuam que têm um outro jeito e tal, mas nunca falam o que é que é, só que depende de você sempre tomar uma iniciativa e aí eles continuaram falando e conseguiram tirar um dinheiro aí eles falaram “liga pro seu pai então, quero ver”, “pô, beleza”. Aí o outro policial ficou assim, “porra! Ele tá ligando mesmo, olha lá, tá ligando”, aí foi, pegou o celular, desligou o celular, não deixou ele ligar e aí ele falou “não calma, tem que ter outro jeito” não sei que lá, aí meu amigo foi e deu sessenta reais, só ele tinha dinheiro, deu sessenta reais e foi isso. Aí foi engraçado, porque ele voltou lá e falou “porra, mas libera aí pelo amor de Deus, porque eu moro longe, 15 reais para a gasolina aí dos 60”, o cara devolveu 15 “pra” gasolina, só que na verdade*

*o carro tinha gasolina, era para a gente “laricar” no Ponto Jovem. Aí a gente foi, “laricou”, comeu um italiano, três italianos e um refresco. (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário).*

Os relatos sobre “suborno” apontam questões interessantes. Por diversas vezes, como na experiência relatada acima, a questão do suborno foi tratada com comicidade. Especialmente em situações em que os policiais aceitam pequenos valores. Um dos entrevistados conta que um colega havia pago R\$5,00 para um policial durante uma situação de suborno e em seguida questiona “[...] cara, porque um PM pega 5 reais de alguém? Sério não dá nem pra fazer um lanche ali, sabe [rindo].” (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).

*Eu “tava” descendo do Vidigal ou da Rocinha, o que fica virado pra cá, com o R. e o C. e eu “tava bebasso”, a gente “tava” saindo de uma festa e foi pegar “pô” lá em cima, “pra” descer e voltar pra festa. E eu “tava” com uma camisa da Ponte Preta, aí a PM parou a van, olhou pra nós, apontou pra mim e falou “você! Sai!”. Aí o C. já levantou e saiu junto e o R. também, saíram nós três. E a gente “bebasso”, aí o policial “tá com alguma coisa aí?”. E eu não sei o que tinha acontecido porque a gente tinha conseguido dar uma “dichavada” assim. Eu sei que o cara não achou os “pinos”<sup>6</sup> assim, mas ele acabou achando a maconha, de alguma forma, aí e assim, ele entrevistando eu e eu super marrento falando “ah, eu não tenho nada. Porra, eu tava descendo a minha van e vocês me pararam, agora vocês vão pagar a minha outra van?” aí o cara pegou, virou pra mim e falou assim, “olha só ‘velho’, é o seguinte: a gente achou a maconha do seu amigo, vocês já estão na merda, a gente só está procurando mais coisas, pode abaixar o apito aí!” aí tá bom né, aí e aí “o que a gente vai fazer com eles, não sei o que”, ficou olhando “pros” caras assim, aí eu falei “ah, a gente pode conversar”, “ah, agora sim!” (...)“E aí? Quanto que vai sair?”. Acabou que a gente juntou o que tinha lá, deu 90 “conto” e os caras levaram a gente de volta para Ipanema [rindo]. Não deixaram na festa, mas a gente pediu “pô, deixa, um pouquinho pra lá, assim...”. (1, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).*

Goffman (1980) nos ajuda a pensar como o estigmatizado vê o normal (aquele que o estigmatiza) como inferior. O humor presente ao relatar essas

<sup>6</sup> Gíria utilizada para se referir a Cocaína.

situações, carrega consigo também uma tentativa de ridicularização dos policiais. Apesar disso, as narrativas apontam que especialmente nas situações em que a motivação do “suborno” ocorre por flagrante de drogas, o jovem se vê diante de um dilema moral, o sentimento de estarem colaborando com a corrupção policial e conseqüentemente com o sistema que eles próprios criticam.

*Assim, eu sinceramente, eu me arrependo disso, ideologicamente falando, eu patrocinei a corrupção nesse momento, não posso ser leviano, e é uma das coisas que a gente mais fala, mais martela dos problemas do Brasil... Mas eu fico, na hora, acho que a gente precisa ter uma análise psicológica da pessoa, eu fui acuado, fui ameaçado, entendeu? O cara “tava” armado, o cara “tava” falando que levar a gente “pro” carro, que ia dar um “rolê” com a gente, que ia com a gente não sei aonde. Eu tinha o dinheiro, sabe, e aí eu não quis pagar para ver, sabe? (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).*

Além das práticas de extorsão, outras duas formas de resoluções informais mencionadas pelos jovens durante as abordagens são as agressões físicas e verbais. Embora apenas dois jovens relataram terem sido agredidos durante a abordagem, outros apontaram ter passado por revistas vexatórias, que incluíam socos, tapas e toques especialmente nas partes íntimas. Convém destacar que todos os jovens que foram agredidos durante abordagens são do sexo masculino<sup>7</sup>. Em um dos relatos, o jovem afirma que “[...] eles fizeram a revista assim, tiraram meu short, rasgaram ele todo e aí eu fui pra casa com o short todo rasgado, ‘puto pra caralho.’” (25, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Usuário). Outra situação de agressão foi relatada por um jovem também negro:

*[...] então eu “tava” no Méier com mais dois amigos e na época eu era fumante de cigarro e estávamos nós três no terminal que havia e era bem tarde. Nisso parou uma viatura, saíram do carro e começaram a pedir “cadê a maconha?”, aí eu falei que não tinha maconha, aí levei um tapa no rosto e eles “cadê a maconha? Cadê a maconha? Cadê a maconha?”, até que eles começaram a vasculhar minha mochila, espalharam as minhas coisas pelo chão, me revistaram por completo, a mim e a um outro amigo, porque um deles perguntaram se “tava” comigo e disse que não estava, era um amigo meu de Minas Gerais e eu não queria que ele passasse por aquela humilhação, então ele conseguiu escapar*

<sup>7</sup> No caso das manifestações de 2013 também houve uma agressão a mulher, atingida com um cassetete na cabeça.

*enquanto eu e o meu outro amigo ficamos. Então isso durou uns trinta minutos no máximo, meu amigo também levou uns tapas e todas aquelas coisas de “abaixa o short”, quando eles viram que a gente não tinha nada, liberaram a gente, mas com o aviso de que se nos pegassem fazendo merda por aí o papo ia ser outro.* (11, Homem, Zona Norte, Não Favela, Negro, Usuário).

As entrevistas e outros estudos (CRUZ, 2015; MUSUMECI et al., 2012) apontam que experiências de agressão, especialmente a física, ocorreram mais entre os jovens pardos e pretos, enquanto as experiências de extorsão ocorreram mais com os jovens brancos. Com relação aos locais que ocorreram as agressões, aparecem a favela, um terminal de ônibus na Zona Norte e o Arpoador. Chama a atenção ocorrer a agressão no Arpoador, uma vez que o local é popularmente conhecido entre os jovens da classe média por ser um local de “dura” com extorsão. Embora a quantidade de agressões relatadas seja escassa, ela pode nos ajudar a problematizar como os jovens negros, moradores de periferia ou de favelas estão mais sujeitos a serem agredidos do que os jovens brancos, que por sua vez estão mais sujeitos a sofrerem extorsão policial.

Uma terceira experiência, relacionada ao flagrante com drogas e que seria a orientação legal para o ocorrido, consiste em conduzir o usuário até a delegacia. As narrativas dos jovens apontaram que apenas um entrevistado foi levado à delegacia por esse motivo. Convém destacar que o jovem referido já foi levado à delegacia duas vezes ao ser flagrado com drogas. Também chama a atenção que o único caso nesse sentido se refira a um menino negro, morador de favela.

*[...] Bom, na primeira vez eu era um menino muito imaturo, eu achava que eu ia ser preso, eu achava que meus pais iam me visitar dentro da cadeia, blá-blá-blá, por causa de maconha e isso e aquilo. Então eu fui muito menininho e também muito inocente das coisas, na segunda vez eu tipo “não ‘tô’ nem aí porque a Polícia tá aqui” tá entendendo?* (25, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Usuário).

Quando perguntado sobre o que ocorreu após as duas idas à delegacia, o jovem continuou, dizendo “*Ah, eu tive que ir até o juiz no dia lá, é um aprendizado tá entendendo? Foi até bom, nesse agora eu ainda vou, lá pra fevereiro assim, tranquilo, nada demais.*” (25, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Usuário).

Esse mesmo jovem que afirma ter ido para a delegacia duas vezes, também relatou ter sofrido agressão dos policiais em outra situação também por conta do

flagrante com maconha. Segundo o jovem, ser levado pela delegacia, apesar das implicações jurídicas que o ato pode trazer é considerado como mais tranquilo pelo do que ser agredido. Ir ou não para a delegacia também é um dilema que os jovens se colocam quando passam por situações de flagrante, conforme aponta a fala a seguir:

*É o que eu te falei, eu acho que a atitude correta seria eu ia para a Delegacia, só que como a gente não tem uma exatidão, não tem um número, uma quantidade exata, eu poderia muito bem ser enquadrado como traficante e eu não queria passar os próximos quinze anos, sei lá, da minha vida na cadeia porque eu fumo maconha, entendeu? E aí eu me senti mal porque eu deveria... se eu soubesse que eu ia ser levado para a Delegacia, certeza absoluta que eu não ia sofrer nenhuma violência pelo caminho e que eu ia responder como usuário, pela atual legislação que não é lá essas coisas, mas não vai me encarcerar, não vai... compensaria. Se eu tivesse certeza que a Polícia fosse confiável nesse ponto, ia ser uma coisa ruim, eu não ia gostar, mas... (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).*

O que o depoimento acima indica é que a falta da confiança na Polícia Militar, representada nesse caso pelo medo do que pode vir a ocorrer durante o caminho até a delegacia. Por ser uma situação em que não terá pessoas ao redor e que o jovem se encontrará vulnerável a qualquer ação da Polícia, leva o jovem a optar pelo suborno como a forma mais rápida e segura de resolver seu entrave com os policiais.

Apesar de todas as experiências relatadas e o desconforto que os jovens relataram em relação a elas, nenhum deles denunciou os policiais. Para Misse (1999) isso se explica pela falta de confiança de que as denúncias surtirão algum efeito. Um reflexo disso, é que os jovens tentem resolver essa questão na esfera privada, por exemplo, evitando futuros contatos com os policiais. Ao longo das entrevistas ouvi apenas o relato de uma denúncia.

## **“Enxugando o gelo”: os impactos das abordagens policiais no consumo de drogas**

Segundos os relatos dos jovens, independente da experiência que eles tinham tido com a Polícia, nenhum deles deixou de consumir drogas após o episódio. Tal informação confirma os estudos (TEMPONE, 2012; RODRIGUES,

2014) que apontam como a Política de Drogas adotada no município do Rio de Janeiro e no Brasil, está “enxugando gelo” no combate ao consumo e ao tráfico de drogas.

Para Becker (2008), o jovem usuário de maconha, na medida em que conhece a droga e seus reais efeitos no corpo do indivíduo, passa a desconsiderar os estigmas que costumam carregar a figura do usuário de maconha e consequentemente a não concordar com a repressão imposta pela sociedade, caracterizada especialmente pela repressão policial. Muitas vezes, os jovens voltam a fazer o uso da maconha logo após a abordagem, para amenizar a tensão da experiência.

Outra questão que reforça a hipótese de que o trabalho “enxuga gelo”, ocorre quando os policiais devolvem a maconha logo depois da extorsão.

*[...] E a gente não tinha essa grana, tinha parte dessa grana e aí tipo, o maluco foi e pegou a grana, e aí meu amigo foi e pediu a maconha de volta. Ele devolveu a maconha, entendeu? E ainda meio que “zuou”, falou pra gente não rodar no caminho de volta pra casa... (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).*

Evidentemente que para sabermos qual a percepção dos policiais sobre o trabalho com os usuários de drogas, deveríamos entrevistar os policiais. Mas o fato de muitos jovens relatarem que os policiais devolvem a droga ao final da abordagem aponta que muitos policiais podem partilhar da visão de estar “enxugando gelo”. Isso necessariamente não significa que todos policiais partilhem dessa visão.

Por outro lado, as agressões físicas e verbais, e os conselhos que muitas vezes alguns policiais dão aos jovens, confirmam o papel dos empreendedores morais de Becker (2008). Para o autor, os empreendedores morais são indivíduos dispostos a criar e impor regras baseadas no que julgam ser o certo. A motivação dessas pessoas vai além de induzir outras pessoas ao que elas julgam correto. Mas elas de fato acreditam que suas escolhas são as melhores opções para a vida de qualquer um.

Ao mesmo tempo, quando o policial pratica a extorsão, vemos que ele está abdicando do papel de empreendedor moral (BECKER, 2008) ou de diretor de consciência (FOUCAULT, 1999) em detrimento do seu benefício próprio. Nessa situação, a possibilidade de ganhos financeiros se sobrepõe ao papel de orientador de condutas. Os depoimentos dos jovens entrevistados sugerem que ao lidar com os usuários da classe média os policiais não acreditam no seu poder

de orientador de condutas, enquanto que para os jovens moradores de favela os policiais desempenham essa função.

## **Considerações finais**

As narrativas apresentadas confirmam que proibicionismo das drogas é um tema relevante para se pensar o contato entre os jovens e os policiais. Na medida que se estabelece uma “guerra as drogas” com respaldo legal e a Polícia Militar como um dos órgãos do Estado responsável pela repressão ao porte, ao uso e ao tráfico de drogas. Atribui-se a esse ator a possibilidade de reprimir essa atitude através de incursões policiais em favelas, abordagens policiais e todas as demais situações que em que o policial considere um elemento ou uma atitude suspeita.

Quando pensamos especialmente no flagrante, o consumo de drogas estabelece uma possibilidade de experiências com a Polícia por um grupo que não costuma vivenciá-las, a classe média. Os jovens usuários regulares de drogas possuem ainda mais chances de vivenciar experiências com a Polícia Militar. Cabe destacar também que, mesmo para esse grupo, as abordagens são diferenciadas, ou seja, o usuário de maconha branco, morador das áreas mais ricas da cidade provavelmente não sofrerá as mesmas sanções do que os usuários negros, moradores de favela. Para o primeiro, são comuns situações de “vista grossa” em que os policiais simplesmente não interveem no consumo, bem como situações de extorsões, nas quais os policiais se beneficiam financeiramente da prática ilegal. Em contrapartida, para os jovens usuários, especialmente negros, são comuns situações de agressões verbais, físicas ou outras formas de humilhação. As entrevistas indicam ainda que a conduta dos policiais varia mais com relação a cor e se o jovem é morador de favela ou não, do que se o jovem mora na Zona Norte ou na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Destaco ainda, que no que tange as experiências de abordagem policial, o proibicionismo afeta até mesmo os jovens que não são usuários da droga, ou seja, o mesmo estereótipo marginalizado que eu apontei acima é frequentemente acusado de portar, utilizar e traficar drogas, ainda que não tenha ocorrido situação de flagrante. As experiências de abordagem que ocorrem nessas situações são sempre interpretadas pelos jovens com um sentimento de raiva e injustiça muito grande, por serem acusados de crimes que não cometeram.

O relacionamento dos jovens com a Polícia Militar é permeado pela desconfiança, pelo medo, pela raiva e, principalmente, pela tentativa constante de evitar o encontro. De modo geral, a relação entre esses dois grupos, os policiais

e os jovens, especialmente quando falamos dos grupos marginalizados, como os usuários de drogas, os negros e os moradores de favela é permeada pela noção de estigma (GOFFMAN, 1980). Cabe destacar aqui, que essa relação de estigma é ambígua, ou seja, os policiais estigmatizam os jovens, e os jovens estigmatizam os policiais.

O material discutido ao longo do artigo aponta no sentido de uma atuação seletiva da polícia. Nesse sentido, essa pesquisa vai ao encontro de estudos já realizados que apontam para a existência de um viés racial e social na atuação policial. Evidentemente, cabe destacar aqui que esse trabalho partiu das análises das percepções dos jovens. Seria de extrema valia e assumo aqui como desafio futuro propor semelhante metodologia aos policiais, a fim de ouvir as percepções deles sobre esse assunto, até como contraponto as narrativas apresentadas pelos jovens.

Também é relevante a necessidade de discussão sobre a revisão da legislação vigente sobre drogas. A recorrência de situações de abordagem com extorsão e em que no desfecho os policiais devolvem a droga para os jovens, sugere que os próprios policiais não acreditam na efetividade do trabalho de combate às drogas que eles desempenham.

Por fim, acredito que as discussões trazidas nesse trabalho contribuem no sentido de dar visibilidade para as tensões existentes entre esses dois grupos, bem como podem contribuir para pensarmos soluções para amenizar um relacionamento tão complicado e permeado por uma atmosfera de constante desconfiança.

### **“RODEI”: RIO DE JANEIRO’S YOUNG PEOPLE PERSPECTIVE ABOUT EXPERIENCES WITH THE MILITARY POLICE RELATED TO SUSPICION ON DRUG USE OR DEALING**

**ABSTRACT:** *This paper discusses military police checks motivated by drug search in the city of Rio de Janeiro. It analyzes the checks’ procedure and how young people perceive and assess police’s treatment. Interviews with people aged 18 to 29 years old were used. They were selected as to cover various profiles especially regarding their neighborhood of residence. This profile choice aims to analyze differences in the policemen’s behavior towards people from poorer and richer areas. Characteristics like color and whether they live in favelas were considered too. The results suggest that police checks are not random, instead some individuals are considered more suspicious than others.*

**KEYWORDS:** *Military Police. Police checks. Drugs. Racism. Youth.*

## REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014. Disponível em: <[https://www.mppma.mp.br/arquivos/CAO\\_PCEAP/8o\\_anuario\\_brasileiro\\_de\\_seguranca\\_publica.pdf](https://www.mppma.mp.br/arquivos/CAO_PCEAP/8o_anuario_brasileiro_de_seguranca_publica.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2017.
- BECKER, H. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECKER, H. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o real. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BRASIL. Lei n.11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acesso em: 25 set. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 set. 2017.
- IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011.
- CRUZ, F. N. **Unidos pela desconfiança**: polícia militar e juventude um relacionamento complicado. 2015. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- DUARTE, E. et al. Quem é o suspeito do crime do tráfico de drogas? anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: LIMA, C. do S. L. et al. (Org.). **Segurança Pública e direitos humanos**: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. p.81-118.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KANT DE LIMA, R. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.4, n.10, p.65-84, 1989.

LEMGRUBER, J.; BOITEUX, L. O fracasso da guerra às drogas. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p.79-90.

MAGALONI, B.; CANO, I. **Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2016.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos**: e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MUSUMECI, L. et al. **Juventude, violência e polícia**: resultados da pesquisa amostral. Rio de Janeiro: CESeC, 2012.

OLMO, R. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento Suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REINER, R. **A Política da polícia**. São Paulo: EdUSP, 2004.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico**: uma guerra na guerra. São Paulo: Desatino, 2012.

RODRIGUES, T. Quem é o inimigo? política internacional da “guerra às drogas” não diminui o consumo e reforça a perseguição a grupos sociais específicos.” **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.10, n.110, p.38-42, nov. 2014.

SILVA, C. A aliança entre Justiça e psiquiatria no controle do uso da droga: medicalização e criminalização na berlinda. In: BATISTA, V. (Org.). **A violência na berlinda**. Rio de Janeiro: Faperj, 2014. p.01-10.

TEMPONE, V. Tráfico de drogas e violência urbana: uma reflexão. In: MUNTEAL, O. et al. **Prisioneiros das drogas**: segurança pública, saúde e direitos humanos no Brasil. Curitiba: CRV, 2012. p.45-70.

*“Rodei”: a perspectiva dos jovens cariocas sobre as experiências com a polícia militar ligadas à suspeição de uso ou tráfico de drogas*

VELHO, G. **Nobres e anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

Recebido em 14 de maio de 2017.

Aprovado em 07 de jul. de 2017.